



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



**PROCESSO Nº 021/2021 – PMC**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2021 - PMC**  
**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2021 - PMC**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI FAZEM A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E A EMPRESA PRADO PHARMA EIRELI** CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrita no **CNPJ/MF Nº 01.613.319/0001-55**, com sede e no Município de Curuá, à Rua 03 de dezembro, nº. 307, Bairro Santa Terezinha, neste ato representado pela Senhora Secretária Municipal de Saúde, a Sra. **CHRISTIANE ALESSANDRA LOPES DE SOUSA**, brasileira, titular do RG nº 3332625 - SSP/PA e CPF/MF nº 637.216.8622-68, residente e domiciliada na cidade de Curuá - PA, no uso de suas atribuições legais, doravante denominado **CONTRATANTE e PRADO PHARMA EIRELI** pessoa jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF nº 04.389.760/0001-93, com sede na TV. LUIS BARBOSA, Nº 1690, Bairro CARANAZAL, CEP: 68040-420, na cidade de Santarém/PÁ, por seu representante legal, Sr. **MANUEL PRADO PORTELA**, brasileiro, portador do RG nº 3349495 SSP/PA e CPF nº 510.518.342-87, residente e domiciliada na Av. Tropical, 193, bairro Prainha, na cidade de Santarém-PA doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si justo e contratado o presente, sobre as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ORIGEM E FUNDAMENTAÇÃO**

1.1. Este Contrato Administrativo tem como origem o Processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2021**, com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores mediante a medida provisória.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

2.1. É objeto deste instrumento a **CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TESTE RÁPIDO PARA DETECÇÃO DE SARS COV 2 (COVID - 19), MEDICAMENTOS, EPI'S E INSUMOS HOSPITALARES NO INTUITO DE ATENDER AS NECESSIDADES URGENTES DECORRENTE DO NOVO CORONAVÍRUS, NESTE MUNICÍPIO**, conforme especificações constantes dos termos da **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2021 - SAMSA** e Proposta de Preços, que integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ - PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QTD	PRADO PHARMA EIRELI	
				Unitário	Total
1	CEFTRIAXONA 1G	AMPOLA	200	R\$ 14,90	R\$ 2.980,00
2	DEXAMETAZONA 0,1MG/ML ELIXIR	FRASCO	100	R\$ 3,60	R\$ 360,00
3	DIPIRONA 500MG/ML	AMPOLA	300	R\$ 1,38	R\$ 414,00
4	DIPIRONA GTS 10ML	FRASCO	200	R\$ 1,88	R\$ 376,00
5	DIPIRONA 500MG COMP	COMPRIMIDO	6.000	R\$ 0,50	R\$ 3.000,00
6	PARACETAMOL 500MG	COMPRIMIDO	3.000	R\$ 0,24	R\$ 720,00
7	PARACETAMOL SOL. ORAL 200MG/15ML	FRASCO	300	R\$ 1,61	R\$ 483,00
8	PREDNISONA 20MG	COMPRIMIDO	500	R\$ 0,45	R\$ 225,00
9	AMINOFILINA 24 MG /ML	AMPOLA	50	R\$ 2,99	R\$ 149,50
10	COMPLEXO B POLIVITAMINICO INJETAVEL	AMPOLA	200	R\$ 2,80	R\$ 560,00
11	DEXAMETAZONA INJETAVEL 4MG	AMPOLA	200	R\$ 3,45	R\$ 690,00
12	GLICOSE 25% INJETAVEL	AMPOLA	200	R\$ 0,88	R\$ 176,00
13	VITAMINA C - INJETAVEL	AMPOLA	500	R\$ 1,40	R\$ 700,00
14	IVERMECTINA 6MG	COMP	500	R\$ 1,90	R\$ 950,00
15	HIDROCORTISONA 100MG	FRASCO	100	R\$ 6,20	R\$ 620,00
16	HIDROCORTISONA 500G	FRASCO	200	R\$ 11,84	R\$ 2.368,00
17	EXPEC 120 ML	VIDRO	120	R\$ 16,90	R\$ 2.028,00
18	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO P	CAIXA	10	R\$ 155,00	R\$ 1.550,00
19	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO M	CAIXA	50	R\$ 155,00	R\$ 7.750,00
20	LUVA DE PROCEDIMENTO TAMANHO G	CAIXA	10	R\$ 155,00	R\$ 1.550,00
21	CATATER NASAL PARA OXIGÊNIO	UNIDADE	50	R\$ 2,95	R\$ 147,50
22	MASCARA PARA OXIGÊNIO	UNIDADE	5	R\$ 23,00	R\$ 115,00
23	AVENTAL DESCARTÁVEL	PACOTE	10	R\$ 90,00	R\$ 900,00
24	GORRO	PACOTE	10	R\$ 35,00	R\$ 350,00
25	MASCARA CIRÚRGICA	CAIXA	20	R\$ 48,00	R\$ 960,00
26	MASCARA N 95	UNIDADE	50	R\$ 6,90	R\$ 345,00
27	MACACÃO IMPERMEÁVEL TAMANHO G	UNIDADE	5	R\$ 196,00	R\$ 980,00
28	TESTE RÁPIDO ECO TESTE ANTÍGENO CONTENDO SWAB	Unidade	50	R\$ 60,00	R\$ 3.000,00
29	LANCETA PARA GLICEMIA	UNIDADE	1000	R\$ 0,38	R\$ 380,00
30	SOLUÇÃO GLICOSADO 5% - 500ML	CAIXA	2	R\$ 151,00	R\$ 302,00
31	ÁGUA DESTILADA 500 ML CAIXA COM 40 FRASCOS	CAIXA	2	R\$ 180,00	R\$ 360,00
<b>TOTAL</b>				<b>35.489,00</b>	

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR**

3.1. Pela execução deste Contrato a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 35.489,00 (trinta e cinco mil quatrocentos e oitenta e nove reais)** conforme preços unitários e global, dispostos na proposta de menor preço ofertada, disposta como Anexo I deste instrumento.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



**CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO**

- 4.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados da data da apresentação da nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo gestor da contratação, mediante crédito em conta corrente em nome da **CONTRATADA**.
- 4.2. Deverá constar obrigatoriamente na Nota Fiscal, os dados do Contrato e procedimento de origem, assim como o evento ao qual se refere.
- 4.3. A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à **CONTRATADA** para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o item anterior começará a contar a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura corrigida.
- 4.4. Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** em caso de descumprimento das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.
- 4.5. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações do Termo de Referência.
- 4.6. Os pagamentos encontram-se ainda condicionados à apresentação dos seguintes comprovantes:
- 4.6.1. Documentação relativa à regularidade para com a Seguridade Social (INSS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça Trabalhista e Fazenda Federal.
- 4.7. Toda a documentação exigida deverá ser apresentada em original ou por qualquer processo de reprografia. Caso esta documentação tenha sido emitida pela Internet, só será aceita após a confirmação de sua autenticidade.
- 4.8 – O ISSQN se devido será recolhido, na forma do Código Tributário Municipal vigente, caso não haja comprovação do recolhimento junto ao Município sede da **CONTRATADA**.
- 4.9. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

**CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 5.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão pela fonte de recursos do(s) órgão(s)/entidade(s) da **CONTRATANTE**, consignadas abaixo:

**1030100132.92-MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**  
**3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO**

**CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE**

- 6.1. O prazo de vigência deste instrumento é de 16/02/2021 a 16/05/2021 até 03 (três) **meses**, contados a partir de sua assinatura, vedada prorrogação, com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei nº 8.666/93 e suas e alterações posteriores mediante a medida provisória.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES**

- 7.1 – DA CONTRATANTE:**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



7.1.1. Solicitar o fornecimento do objeto   **CONTRATADA** através de nota de empenho ou outro instrumento hábil.

7.1.2. Proporcionar   **CONTRATADA** todas as condi es necessárias ao cumprimento das obriga es decorrentes do objeto contratual, com fundamento no Artigo 24, IV, da Lei n  8.666/93 e suas altera es posteriores   medida provisória.

e suas altera es posteriores.

7.1.3. Fiscalizar a execu o do objeto contratual, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da **CONTRATADA**, que atender  ou justificar  de imediato.

7.1.4. Notificar a **CONTRATADA** de qualquer irregularidade decorrente da execu o do objeto contratual.

7.1.5. Aplicar, quando couber, as penalidades previstas em Lei e neste instrumento.

## **7.2 – DA CONTRATADA:**

7.2.1. Executar o fornecimento do objeto em estrita conformidade com as especifica es deste instrumento, de acordo com as determina es de local e quantidades da Unidade Requisitante, observando os regulamentos e exigências contidos no Termo de Referência e ainda as normas dos órgãos reguladores e fiscalizadores competentes;

7.2.2. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos,   **CONTRATANTE** ou a terceiros.

7.2.3. Manter-se, durante toda a execu o contratual, em compatibilidade com as obriga es assumidas, bem como todas as condi es de habilita o e qualifica o exigidas no procedimento de contrata o.

7.2.4. Responder por todos  nus referente   plena execu o do objeto contratual, desde salários, como também encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, que venham a incidir sobre a execu o do mesmo;

7.2.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execu o do objeto contratual sem prévia e expressa anuência da **CONTRATANTE**.

7.2.6. Aceitar sem restri es a fiscaliza o da **CONTRATANTE** no que diz respeito ao fiel cumprimento das condi es de execu o contratados.

## **CLÁUSULA OITAVA– DA FISCALIZA O**

8.1. A execu o contratual será acompanhada e fiscalizada por um servidor designado através de portaria pela **CONTRATANTE**, de acordo com o estabelecido no art. 67, da Lei Federal n  8.666/1993, doravante denominada simplesmente de **FISCAL DO CONTRATO**.

## **CLÁUSULA NONA - DAS SANC ES**

9.1. Pela inexecu o total ou parcial deste instrumento de contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar   **CONTRATADA** as seguintes san es, segundo a gravidade da falta cometida:



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



1. Advertência escrita: quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

2. Multas, cumulativa ou não com as demais sanções, nas seguintes formas:

a) 0,03% (três centésimos por cento) do valor total da nota de empenho, para cada dia de atraso na entrega do produto, decorridos 30 (trinta) dias em atraso a **CONTRATANTE** poderá decidir pela continuidade da multa ou pela rescisão, em razão da inexecução total;

b) 0,06% (seis centésimos por cento) por dia sobre o valor do fato ocorrido, para ocorrências de atrasos em qualquer outro prazo previsto neste instrumento, não abrangido pelas demais alíneas;

c) 5% (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

d) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nas hipóteses de recusa na assinatura do contrato, rescisão contratual por inexecução do contrato – caracterizando-se quando houver reiterado descumprimento de obrigações contratuais – entrega inferior a 50% (cinquenta por cento) do contratado, atraso superior ao prazo limite de trinta dias, estabelecido na alínea “a”, ou os serviços forem prestados fora das especificações constantes do termo de referência e da proposta da **CONTRATADA**.

3. Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição ou até que seja promovida a sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a **CONTRATADO** ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

**Parágrafo Primeiro** – Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no contrato e das demais cominações legais.



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



**Parágrafo Segundo** – O valor correspondente a qualquer multa aplicada à **CONTRATADA**, garantida a observância dos princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá ser descontado de acordo com o parágrafo quarto desta cláusula, ou ainda, a critério da **CONTRATANTE**, via Documento de Arrecadação Municipal – DAM, em até 10 (dez) dias após o recebimento da notificação, ficando a **CONTRATADA** obrigada a comprovar o recolhimento mediante a apresentação da cópia do referido documento. O DAM poderá ser obtido na Secretaria de Finanças do Município.

**Parágrafo Terceiro** – Decorrido o prazo de 10 (dez) dias para o recolhimento da multa, o débito será acrescido de 1% (um por cento) de mora por mês/fração, inclusive referente ao mês da quitação/consolidação do débito, limitado o pagamento com atraso em até 60 (sessenta) dias após a data da notificação, e, após este prazo, o débito será cobrado judicialmente.

**Parágrafo Quarto** – No caso de a **CONTRATADA** ser credora de valor suficiente, a **CONTRATANTE** poderá proceder ao desconto da multa devida na proporção do crédito.

**Parágrafo Quinto** – Se a multa aplicada for superior ao valor dos pagamentos eventualmente devidos, responderá a **CONTRATADA** pela sua diferença, podendo ser esta cobrada judicialmente.

**Parágrafo Sexto** – As sanções previstas nos incisos I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com as do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do §2º do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Parágrafo Sétimo** – A sanção estabelecida no inciso IV desta cláusula é de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Administração, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 02 (dois) anos de sua aplicação, nos termos do §3º, do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

**Parágrafo Oitavo** – As multas não têm caráter indenizatório e seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos junto à contratante, decorrentes das infrações cometidas.

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pela **CONTRATANTE**, com as consequências previstas abaixo:

**Parágrafo Primeiro** – A rescisão contratual poderá ser:

1. Determinada por ato unilateral e escrito da contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII o art. 78, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**



2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autoriza o escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo de contrata o desde que haja conveniência da contratante;
3. Judicial, nos termos da legisla o.

**Parágrafo Segundo** – Constituem motivos para rescisão do contrato os previstos no art. 78 da Lei n  8.666/93 e suas altera es.

**Parágrafo Terceiro** – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei n  8.666/93 e suas altera es, sem que haja culpa da **CONTRATADA**, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

**Parágrafo Quarto** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79, acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei n  8.666/93 e suas altera es.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO**

11.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Alenquer, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em três vias de igual teor.

Curuá/PA, 16 de fevereiro de 2021.

---

**CHRISTIANE ALESSANDRA LOPES DE SOUSA**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
**CONTRATANTE**

---

**MANUEL PRADO PORTELA**  
PRADO PHARMA EIRELI  
**CONTRATADA**



**ESTADO DO PARÁ**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURUÁ – PARÁ**  
**PODER EXECUTIVO**  
**CNPJ: 01.613.319/0001-55**

---



1) Testemunha: \_\_\_\_\_

RG:

2) Testemunha: \_\_\_\_\_

RG: